



Rio Largo

**ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO LARGO**

Av. Presidente Fernando Afonso Collor de Mello, S/nº, Conj. Bandeirantes
Bairro Prefeito Antônio Lins de Souza - Rio Largo/AL – CEP 57.100.000
Fone: (82) 3261-5430 - CNPJ: 12.200.168/0001-20

LEI Nº 1.940, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2022.

**DISPÕE SOBRE A POLÍTICA MUNICIPAL DE
COMBATE À POBREZA MENSTRUAL NO
MUNICÍPIO DE RIO LARGO E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.**

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO LARGO, ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu promulgo e sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a criação da Política Municipal de Combate à Pobreza Menstrual no Município de Rio Largo, com foco principal nas escolas públicas, unidades de saúde, e nas unidades de abrigo e acolhimento.

Parágrafo único. O disposto nesta lei consiste na criação de ações de conscientização e combate à pobreza menstrual com enfoque nas estudantes e mulheres em vulnerabilidade social, visando à prevenção da evasão escolar, acesso à informação e a prevenção de riscos de doenças.

Art. 2º A presente lei tem como objetivo garantir cuidados básicos durante o ciclo menstrual das pessoas que menstruam em situação de vulnerabilidade social, para que elas tenham acesso gratuito a absorventes higiênicos em:

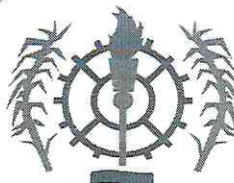
I - Unidades Básicas de Saúde e unidades de abrigo e acolhimento de gestão municipal, para pessoas que menstruam em situação de vulnerabilidade econômica e social, em situação de rua, e em situação familiar de extrema pobreza;

II - Escolas do Ensino Fundamental da Rede Pública do município de Rio Largo;

III - Escolas de Ensino Médio da Rede Pública do município de Rio Largo;

IV – Nas cestas básicas fornecidas pelo município de Rio Largo à família que possua mulher com ciclo menstrual ativo.

Art. 3º A política pública instituída por esta lei tem como objetivo a plena conscientização acerca da menstruação, assim como o acesso aos absorventes higiênicos, como fator de redução da desigualdade social, e visa, em especial:



Rio Largo

**ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO LARGO**

Av. Presidente Fernando Afonso Collor de Mello, S/nº, Conj. Bandeirantes
Bairro Prefeito Antônio Lins de Souza - Rio Largo/AL – CEP 57.100.000
Fone: (82) 3261-5430 - CNPJ: 12.200.168/0001-20

I – a aceitação do ciclo menstrual como um processo natural do corpo;

II – a atenção integral à saúde da mulher e aos cuidados básicos decorrentes da menstruação;

III – ao direito à universalização do acesso, à todas as mulheres que menstruam, a absorventes higiênicos, durante o ciclo menstrual

Art. 4º O Poder Executivo garantirá o acesso, às mulheres que menstruam, em situação de vulnerabilidade, à absorventes, desenvolvendo ações nas escolas públicas, nas unidades básicas de saúde, nas unidades de proteção social básica e especial da política de assistência social como CRAS, CREAS e acolhimento institucional.

Parágrafo único. Ficam autorizadas ações de acesso como:

I – Disponibilização e distribuição gratuita de absorventes, pelo Poder Público, por meio de aquisição por compra, doação ou outras formas, mediante parcerias com a iniciativa privada ou organizações não governamentais:

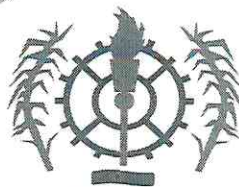
- a) às alunas das escolas, a partir do ensino fundamental da Rede Pública de Rio Largo, a fim de evitar e combater a evasão escolar em decorrência dessa questão;
- b) às adolescentes e mulheres que menstruam acolhidas nas unidades básicas de saúde, em situação de vulnerabilidade;
- c) às adolescentes e mulheres que menstruam em situação de rua;
- d) às adolescentes e mulheres que menstruam em situação familiar de extrema pobreza;
- e) às adolescentes e mulheres que menstruam acolhidas em unidades de abrigo ou acolhimento municipal;

II– Desenvolvimento de programas, ações e articulação entre órgãos públicos, sociedade civil e a iniciativa privada, que visem ao desenvolvimento do pensamento livre de preconceito, em torno da menstruação;

III– Incentivo a palestras e cursos em todas as escolas, a partir do ensino fundamental II, nos quais abordem a menstruação como um processo natural do corpo, com vistas a evitar e combater a evasão escolar em decorrência dessa questão;

IV– Elaboração de cartilhas e folhetos explicativos que abordem o tema, voltado a todos os públicos, sexos e idades, objetivando desmistificar a questão e combater o preconceito;

V– Realização de pesquisas para aferição dos lares, nos quais as pessoas que menstruam não têm acesso à absorventes higiênicos, visando direcionar e aperfeiçoar ações governamentais;



Rio Largo

**ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO LARGO**

Av. Presidente Fernando Afonso Collor de Mello, S/nº, Conj. Bandeirantes
Bairro Prefeito Antônio Lins de Souza - Rio Largo/AL – CEP 57.100.000
Fone: (82) 3261-5430 - CNPJ: 12.200.168/0001-20

VI – Incentivo e fomento à criação de cooperativas, microempreendedores individuais e pequenas empresas que fabriquem absorventes higiênicos de baixo custo.

Art. 5º Constitui estratégia para promoção da saúde e atenção à higiene, com os seguintes objetivos:

I– Combater a precariedade menstrual, identificada como a falta de acesso ou a falta de recursos que possibilitem a aquisição de produtos de higiene e outros recursos necessários ao período da menstruação;

II– Reduzir faltas em dias letivos de educandas em período menstrual e, por decorrência, evitar prejuízos à aprendizagem e ao rendimento escolar;

III- Reduzir faltas no trabalho em período menstrual e, por decorrência, evitar prejuízos salariais.

Art. 6º Para efeito da plena eficácia da política pública instituída por esta lei e outras ações decorrentes da sua aplicabilidade, fica estabelecido o absorvente higiênico como um “produto higiênico básico”, e classificado como “bem essencial”.

Parágrafo único. Os absorventes higiênicos passam a ser considerados componentes obrigatórios das cestas básicas entregues pelo Município de Rio Largo, em havendo pessoa que menstrua na casa do(a) beneficiário(a).

Art. 7º As despesas decorrentes da aplicação desta lei poderão correr à conta das dotações orçamentárias próprias consignadas no orçamento vigente, podendo ser suplementadas, se necessário.

Art. 8º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, tendo sua vigência limitada a 1º de novembro de 2022.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rio Largo/AL, 24 de fevereiro de 2022.

Gilberto Gonçalves da Silva
Prefeito Municipal

Art. 27. A Guarda Municipal terá código de conduta próprio, conforme dispuser norma regulamentadora e não pode ficar sujeita a regulamentos disciplinares de natureza militar.

Art. 28. As normas gerais de funcionalidade, competência e disciplina serão regidas em estatuto próprio, cuja instituição se dará mediante lei.

Art. 29. Quanto ao desempenho das atividades da Guarda municipal, em nenhuma hipótese ela poderá ser empregada em serviços de natureza pessoal ou particular.

Art. 30. Depois de constituída a Guarda Municipal, o Município poderá solicitar à Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) linha telefônica de número 153 e faixa exclusiva de frequência de rádio.

Art. 31. Fica o Prefeito Municipal autorizado a abrir os créditos especiais necessários ao funcionamento da guarda municipal, mediante remanejamento de dotações alocadas na atual lei orçamentária.

Art. 32. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio Largo/Alagoas, 24 de fevereiro de 2022.

GILBERTO GONÇALVES DA SILVA
Prefeito Municipal

ANEXO I

Nomenclatura	Quantidade	Vencimentos
Comandante da Guarda Municipal (CGM)	01	R\$ 5.000,00
Subcomandante da Guarda Municipal	01	R\$ 3.000,00
Chefe de Grupamento	02	R\$ 2.500,00
Ouvidor da Guarda Municipal	01	R\$ 2.000,00
Corregedor da Guarda Municipal	01	R\$ 2.000,00

ANEXO II

Nomenclatura	Quantidade	Vencimentos
Guarda Municipal (GM)	150	R\$ 1.887,00

GILBERTO GONÇALVES DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Albert Ludovico de Almeida Lima
Código Identificador:EE97EC82

SECRETARIA MUNICIPAL GERAL DE GOVERNO LEI Nº 1.939, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2022.

LEI Nº 1.939, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2022.

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DA ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL MANOEL GONÇALVES DA SILVA.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO LARGO/AL, Gilberto Gonçalves da Silva, no uso de suas atribuições constantes da Lei Orgânica deste Município, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica criada uma Unidade de Ensino denominada Escola Municipal de Ensino Fundamental Manoel Gonçalves da Silva, situada no Conjunto Antônio Lins de Souza, Rio Largo, Estado de Alagoas.

Art. 2º A Unidade de Ensino se destina a oferecer o ensino de Educação Básica, na etapa do Ensino Fundamental do 1º ao 9º ano, visando o atendimento da comunidade do Conjunto Antônio Lins de Souza e circunvizinhanças.

Art. 3º Fica a Secretaria Municipal de Educação de Rio Largo responsável pela preparação da documentação da referida Unidade de Ensino.

Art. 4º As despesas com o funcionamento e manutenção ora criada, correrão às contas de dotações orçamentárias próprias do fluente exercício.

Art. 5º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, estando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rio Largo/AL, 24 de fevereiro de 2022.

GILBERTO GONÇALVES DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Albert Ludovico de Almeida Lima
Código Identificador:BC358FA5

SECRETARIA MUNICIPAL GERAL DE GOVERNO LEI Nº 1.940, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2022.

LEI Nº 1.940, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2022.

DISPÕE SOBRE A POLÍTICA MUNICIPAL DE COMBATE À POBREZA MENSTRUAL NO MUNICÍPIO DE RIO LARGO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO LARGO, ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu promulgo e sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a criação da Política Municipal de Combate à Pobreza Menstrual no Município de Rio Largo, com foco principal nas escolas públicas, unidades de saúde, e nas unidades de abrigo e acolhimento.

Parágrafo único. O disposto nesta lei consiste na criação de ações de conscientização e combate à pobreza menstrual com enfoque nas estudantes e mulheres em vulnerabilidade social, visando à prevenção da evasão escolar, acesso à informação e a prevenção de riscos de doenças.

Art. 2º A presente lei tem como objetivo garantir cuidados básicos durante o ciclo menstrual das pessoas que menstruam em situação de vulnerabilidade social, para que elas tenham acesso gratuito a absorventes higiênicos em:

I - Unidades Básicas de Saúde e unidades de abrigo e acolhimento de gestão municipal, para pessoas que menstruam em situação de vulnerabilidade econômica e social, em situação de rua, e em situação familiar de extrema pobreza;

II - Escolas do Ensino Fundamental da Rede Pública do município de Rio Largo;

III - Escolas de Ensino Médio da Rede Pública do município de Rio Largo;

IV - Nas cestas básicas fornecidas pelo município de Rio Largo à família que possua mulher com ciclo menstrual ativo.

Art. 3º A política pública instituída por esta lei tem como objetivo a plena conscientização acerca da menstruação, assim como o acesso aos absorventes higiênicos, como fator de redução da desigualdade social, e visa, em especial:

I - a aceitação do ciclo menstrual como um processo natural do corpo;

II - a atenção integral à saúde da mulher e aos cuidados básicos decorrentes da menstruação;

III – ao direito à universalização do acesso, à todas as mulheres que menstruam, a absorventes higiênicos, durante o ciclo menstrual

Art. 4º O Poder Executivo garantirá o acesso, às mulheres que menstruam, em situação de vulnerabilidade, à absorventes, desenvolvendo ações nas escolas públicas, nas unidades básicas de saúde, nas unidades de proteção social básica e especial da política de assistência social como CRAS, CREAS e acolhimento institucional.

Parágrafo único. Ficam autorizadas ações de acesso como:

I – Disponibilização e distribuição gratuita de absorventes, pelo Poder Público, por meio de aquisição por compra, doação ou outras formas, mediante parcerias com a iniciativa privada ou organizações não governamentais;

às alunas das escolas, a partir do ensino fundamental da Rede Pública de Rio Largo, a fim de evitar e combater a evasão escolar em decorrência dessa questão;

às adolescentes e mulheres que menstruam acolhidas nas unidades básicas de saúde, em situação de vulnerabilidade;

às adolescentes e mulheres que menstruam em situação de rua;

às adolescentes e mulheres que menstruam em situação familiar de extrema pobreza;

às adolescentes e mulheres que menstruam acolhidas em unidades de abrigo ou acolhimento municipal;

II – Desenvolvimento de programas, ações e articulação entre órgãos públicos, sociedade civil e a iniciativa privada, que visem ao desenvolvimento do pensamento livre de preconceito, em torno da menstruação;

III – Incentivo a palestras e cursos em todas as escolas, a partir do ensino fundamental II, nos quais abordem a menstruação como um processo natural do corpo, com vistas a evitar e combater a evasão escolar em decorrência dessa questão;

IV – Elaboração de cartilhas e folhetos explicativos que abordem o tema, voltado a todos os públicos, sexos e idades, objetivando desmistificar a questão e combater o preconceito;

V – Realização de pesquisas para aferição dos lares, nos quais as pessoas que menstruam não têm acesso à absorventes higiênicos, visando direcionar e aperfeiçoar ações governamentais;

VI – Incentivo e fomento à criação de cooperativas, microempreendedores individuais e pequenas empresas que fabriquem absorventes higiênicos de baixo custo.

Art. 5º Constitui estratégia para promoção da saúde e atenção à higiene, com os seguintes objetivos:

I – Combater a precariedade menstrual, identificada como a falta de acesso ou a falta de recursos que possibilitem a aquisição de produtos de higiene e outros recursos necessários ao período da menstruação;

II – Reduzir faltas em dias letivos de educandas em período menstrual e, por decorrência, evitar prejuízos à aprendizagem e ao rendimento escolar;

III – Reduzir faltas no trabalho em período menstrual e, por decorrência, evitar prejuízos salariais.

Art. 6º Para efeito da plena eficácia da política pública instituída por esta lei e outras ações decorrentes da sua aplicabilidade, fica estabelecido o absorvente higiênico como um “produto higiênico básico”, e classificado como “bem essencial”.

Parágrafo único. Os absorventes higiênicos passam a ser considerados componentes obrigatórios das cestas básicas entregues pelo Município de Rio Largo, em havendo pessoa que menstrua na casa do(a) beneficiário(a).

Art. 7º As despesas decorrentes da aplicação desta lei poderão à conta das dotações orçamentárias próprias consignadas no orçamento vigente, podendo ser suplementadas, se necessário.

Art. 8º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, tendo sua vigência limitada a 1º de novembro de 2022.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rio Largo/AL, 24 de fevereiro de 2022.

GILBERTO GONÇALVES DA SILVA

Prefeito Municipal

Publicado por:

Albert Ludovico de Almeida Lima

Código Identificador:8CB26C79

SECRETARIA MUNICIPAL GERAL DE GOVERNO DECRETO Nº 011, DE 23 FEVEREIRO DE 2022.

DECRETO Nº 011, DE 23 FEVEREIRO DE 2022.

REGULAMENTA A LEI Nº 1.516/2009.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO LARGO/AL, Gilberto Gonçalves da Silva, no uso de suas atribuições legais previstas na Lei Orgânica do Município:

DECRETA:

Art. 1º Fica regulamentado, no âmbito do município de Rio Largo, as diretrizes para execução do Programa Bolsa Família Municipal, tendo como objetivo garantir renda mínima as famílias em vulnerabilidade social e em situação de extrema pobreza, assegurando o bem-estar físico, emocional e cognitivo, através de ações governamentais, em cooperação com a sociedade civil, voltados ao enfrentamento dos impactos da extrema pobreza àqueles que precisam de segurança de renda.

Art. 2º A Metodologia do Programa Bolsa Família Municipal, será continuada pela coleta de informações das famílias, através da base de dados do Cadastro Único do município de Rio Largo.

§1º - A concessão dos benefícios do Programa Bolsa Família Municipal, tem caráter temporário e não gera direito adquirido, devendo a elegibilidade das famílias para recebimento de tais benefícios, ser obrigatoriamente revisado a cada 01 (um) ano.

§3º - Considera-se situação de extrema pobreza, a família com renda per capita de R\$ 89,00 (oitenta e nove reais).

Art. 3º A Permanência no Programa Bolsa Família Municipal, depende das seguintes condições:

I – Participação regular nos serviços, programas e projetos da política da Assistência Social do município de Rio Largo;

II – Manter a frequência escolar de criança igual ou superior a 85%;

III – Condição de extrema pobreza da família;

Art. 4º Compete a Secretaria Municipal de Cidadania, Assistência, Desenvolvimento Social e Habitação, gerir e operacionalizar e implementar o Programa Bolsa Família Municipal e, em especial, executar as seguintes atividades:

I – Supervisionar o cumprimento dos requisitos legais de concessão e manutenção do benefício;

II – Acompanhar e fiscalizar a execução do Programa em conjunto com o Conselho Municipal de Assistência Social;

III – Articular com as demais Secretarias Municipais e com a iniciativa privada realização de ações destinadas às famílias, como cursos de qualificação profissional de nível fundamental e médio para atender as famílias inseridas no Programa Bolsa Família Municipal, oportunizando lhes independência;

IV – Articular e promover o envolvimento dos órgãos municipais, estaduais e federais, no âmbito público e privado, na viabilização do programa de que trata esta Lei.